

**- Observatório de Política Externa Brasileira -
Nº 29
22/10/04 - 28/10/04**

Apresentação:

O Observatório de Política Externa Brasileira é um projeto de informação semanal da Graduação em Relações Internacionais, e um dos trabalhos executados pelo Grupo de Estudos de Defesa e Segurança Internacional (GEDES), do Centro De Estudos Latino-americanos (CELA) da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, (UNESP), *campus* de Franca.

Trata-se de uma resenha a respeito das notícias que têm por tema central a política externa brasileira e que foram veiculadas nos periódicos: *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo* e *O Globo*.

Ministério refutou argumentos de artigo da revista *Science*

O Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) pronunciou-se contra artigo publicado pela revista *Science*, que acusa o Brasil de poder fabricar até seis ogivas nucleares por ano e que os motivos da recusa em se permitir acesso visual das centrífugas seria para esconder as suas origens, que seriam ilegais. O Brasil teria comprado o projeto das centrífugas de Karl-Heinz Schaab, um antigo empregado da alemã Man Technologie AG, preso no Brasil em 1996 e extraditado em 1999 para a Alemanha sob a acusação de vender ilegalmente projetos de centrífugas para o Iraque. A Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN) ressaltou a concordância do Brasil com os procedimentos da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA), pelo fato de Schaab ter sido interrogado pela instituição quando preso no país. O MCT afirmou que mesmo sem ver as centrífugas é possível saber como se dá o enriquecimento de urânio pela análise de seus resíduos. O Ministério sustenta que a revista, ao afirmar que enriquecer urânio a 3,5% já é meio caminho andado para se obter o material para construir uma bomba, equivaleria a dizer que nenhum país pode ter acesso à tecnologia nuclear, uma vez que o Brasil enriquece o Urânio em 5% quando o necessário para uma bomba seria de 90 a 95%. O MCT pediu ao embaixador do Brasil em Washington, Roberto Abdenur, que encaminhe nota oficial à revista reafirmando estes pontos. Será a primeira vez que um diplomata intervirá nessa questão, porque até agora as negociações haviam-se dado em nível técnico. (Folha de S. Paulo – Brasil – 22/10/04; O Estado de S. Paulo – Nacional – 23/10/04; O Globo – O País – 22/10/04).

Brasil perde mercado de geladeiras para terceiros na Argentina

O ministro Luiz Fernando Furlan, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, respondeu com a possibilidade de aplicar sobre os produtos argentinos o mesmo tipo de restrição imposta à entrada dos produtos brasileiros no país. Constatou-se que o espaço aberto pela limitação à entrada de refrigeradores brasileiros na Argentina foi ocupado por empresas chilenas e mexicanas, o que iria contra os acordos do Mercosul. O produto local seria priorizado, por estas salvaguardas, em detrimento das exportações brasileiras, e Furlan, Palocci, e Celso Amorim telefonaram para o ministro da economia argentino, Roberto Lavanga, demonstrando a insatisfação do governo brasileiro perante tal situação. Em novembro, a coordenação do acordo entre os dois países se reunirá para discutir o licenciamento das lavadoras, a entrada de produtos de terceiros países e a sobre-taxa de 21,5% imposta aos televisores da Zona Franca de Manaus. O governo brasileiro anunciou que, caso não haja entendimento, poderá recorrer à Organização Mundial do Comércio (OMC), já que as salvaguardas impostas pelos argentinos ferem os princípios do Mercosul e do GATT. (Folha de S. Paulo – Dinheiro – 22/10/04; Folha de S. Paulo – Dinheiro – 26/10/04; O Estado de S. Paulo – Economia – 22/10/04; O Estado de S. Paulo – Economia – 23/10/04; O Estado de S. Paulo – Economia – 27/10/04; O Globo – Economia – 22/10/04; O Globo – Economia – 26/10/04; O Globo – Economia – 27/10/04).

Reunião de Lisboa entre Mercosul e UE fracassa

Comentando o fracasso da reunião de Lisboa entre o Mercosul e a União Europeia (UE), o chanceler Celso Amorim disse não estar disposto a comprometer o conteúdo do acordo de liberalização comercial para respeitar o calendário. Nessa reunião, tentou-se fechar um acordo antes do término (31/10) do mandato da atual Comissão Europeia. Os países se limitaram a apenas anunciar que manterão as negociações para 2005 e que haviam esclarecido aspectos das ofertas de ambas as partes. Com este adiamento, os processos de negociações entre o Mercosul e a UE e a da Organização Mundial do Comércio (OMC) se tornam paralelos. Amorim explicou que esta “coincidência” pode ser benéfica, porque muitos assuntos de interesse do Brasil somente poderão ser tratados na OMC, como as regras agrícolas. Porém, o ministro afirmou que o atraso nas negociações com os europeus não teve esse propósito. (O Estado de S. Paulo – Economia – 22/10/04; O Globo – Economia – 22/10/04).

Celso Amorim se reúne com o G-20

Após a reunião de Lisboa com a UE, o ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, seguiu para Genebra, sede da Organização Mundial do Comércio (OMC),

para se reunir com o G-20 – grupo de países emergentes que lutam pela reforma agrícola na OMC. Celso Amorim afirmou que os países do grupo precisam manter a “mobilização política” e não descartou a possibilidade do G-20 discutir outros setores que até agora não faziam parte da agenda. Questionado por alguns países do grupo a cerca da candidatura do embaixador brasileiro Luiz Felipe Corrêa para o cargo de diretor-geral da OMC, Amorim afirmou que não está tentando fazer desta uma candidatura do G-20. (Folha de S. Paulo – Dinheiro – 22/10/2004; O Estado de S. Paulo – Economia – 22/10/04).

Amorim pede que França ajude na questão do Haiti

O chanceler Celso Amorim afirmou que a presença da força de paz brasileira ficará mais tempo que o previsto pela Organização das Nações Unidas (ONU) no Haiti, pois ainda há muito que ser feito para sua normalização administrativa e política. O ministro brasileiro pediu para seu colega francês, o chanceler Michel Barnier, que a França ajude a agilizar o processo de liberalização do dinheiro prometido para a reconstrução do Haiti, já que este país foi um dos que mais estimularam Lula a participar dessa operação de paz. Uma conferência de doadores prometeu US\$ 1 bilhão ao Haiti, mas os recursos ainda não chegaram. Amorim pediu também que a França contribua fazendo pressões para que as tropas prometidas que integrarão a força de paz da ONU, liderada pelo Brasil, sejam enviadas ao país caribenho. Dos 6.700 soldados previstos, apenas 3.200 estão no Haiti. Para o cientista político Ricardo Seitenfus, enviado especial do governo brasileiro ao Haiti, somente através do diálogo entre os setores opostos da população haitiana, incluindo os seguidores do presidente deposto Jean-Bertrand Aristide, pode resolver a crise no país. (Folha de S. Paulo – Mundo – 22/10/04; O Estado de S. Paulo – Internacional – 23/10/04).

Lula ressaltou “atenção especial” que seu governo dá aos países da África

Durante a inauguração do Museu Afro-Brasil, Lula disse ter sido o presidente brasileiro que mais visitou países africanos e que no próximo ano ainda visitará mais cinco países para consolidar uma maior integração com o continente. No discurso, o presidente criticou a política de relações exteriores de seus antecessores afirmando que eles preferiam dedicar e dirigir seus olhares para a Europa e para os Estados Unidos e se esqueciam dos seus irmãos mais próximos, América do Sul e África. (Folha de S. Paulo – Brasil – 23/10/04).

Lula enviou mensagem ao Papa no aniversário de seu pontificado

Por ocasião do 26º aniversário de pontificado do Papa João Paulo II, o presidente brasileiro enviou-lhe uma mensagem, na qual considera que a liderança da

autoridade religiosa “um poderoso instrumento de promoção da paz”. (Folha de S. Paulo – Mundo – 25/10/04).

Lula desejou rápida recuperação a Fidel Castro

O presidente brasileiro, juntamente com outras personalidades, desejou ao presidente cubano, Fidel Castro, uma rápida recuperação. Fidel teve o joelho esquerdo refeito por uma cirurgia no dia 21 de outubro, após uma queda. Lula ainda aproveitou a oportunidade para comunicar que a ministra das Minas e Energia, Dilma Rousseff, viajará em breve à Venezuela levando uma proposta para a área energética de Cuba, setor que apresenta diversos problemas. (O Estado de S. Paulo – Internacional – 24/10/04; O Globo – Economia – 27/10/04).

EUA preocupam-se com acordo Mercosul – UE

Durante esta semana a União Européia (UE) foi avaliada pela Organização Mundial do Comércio (OMC) num processo de rotina, que ocorre a cada dois anos. No caso da UE, a revisão foi uma oportunidade para que seus parceiros comerciais critiquem as práticas comerciais adotadas. Das mais de 700 questões enviadas cerca de 50 são brasileiras. O Brasil quer saber que tipo de acesso ao mercado agrícola europeu será negociado no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC) e o que deve ficar para acordos regionais. O curioso da questão é o interesse dos Estados Unidos por detalhes negociados no acordo com o Mercosul. Para observadores, o objetivo norte-americano é preparar-se para enfrentar a concorrência e posicionar-se nas negociações para a criação da Área de Livre Comércio das Américas (Alca). (O Estado de S. Paulo – Economia – 26/10/04).

Brasil ampliará venda de carne à China

Um novo acordo sobre a ampliação das exportações de carne bovina e de frango para a China poderá ser assinado em novembro, durante a visita ao Brasil do presidente da China, Hu Jintao. Hoje, há uma série de restrições sanitárias que tornam insignificantes as vendas desses produtos do Brasil para a China. (Folha de S. Paulo – Dinheiro – 26/10/04).

Relator da ONU defende controle externo do Judiciário

A Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) recebeu com repúdio às declarações do relator especial da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre a Independência de Juízes e Advogados, Leandro Despouy. Em suas declarações, o relator que passou duas semanas no país e foi embora no último



dia 26, acusou alguns magistrados, principalmente no interior do país, de serem parciais em locais onde mantêm relações próximas com os poderes político e econômico. Despouy recomendará o controle externo do Judiciário, proposta que está para ser votada pelo Congresso Nacional, e declarou-se favorável ao poder de investigação criminal do Ministério Público, embate que será travado no Supremo Tribunal Federal (STF). O relator apresentará seu relatório em março à Comissão de Direitos Humanos da ONU. Caso o documento seja aprovado, as recomendações serão encaminhadas oficialmente ao governo brasileiro como sugestões de melhoria nas atividades dos tribunais. (O Globo – País – 27/10/04).

Brasil é combativo em disputas na OMC

Segundo registros da Organização Mundial do Comércio (OMC), o Brasil é o país emergente mais ofensivo na abertura de disputas na entidade. Nos últimos dez anos, o Itamaraty iniciou 22 contenciosos contra barreiras impostas a exportações nacionais. Para observadores em Genebra, a atuação do Brasil no órgão de solução de disputas da OMC mostra o interesse do país por um regime internacional baseado em regras, e não em ações unilaterais. No caso das queixas abertas contra o país constam 12, estando o Brasil no sétimo lugar do ranking. (O Estado de S. Paulo – Economia – 27/10/04).

Café se torna preocupação na OMC

O Itamaraty levantou, dia 27 de outubro, no Comitê de Medidas Fitossanitárias da OMC, a questão das barreiras técnicas impostas pela UE contra o café solúvel e se aliou à crítica que o governo colombiano fará contra esta. A questão ainda não é uma disputa, mas os exportadores querem que os europeus esclareçam a imposição da medida considerada como protecionista. A UE adotou novos níveis máximos para a incidência da ocratoxina A no produto, afirmando que pode causar câncer. Para os colombianos, a exigência é só uma justificativa para que os europeus evitem um aumento das exportações. Os demais governos apontam que a UE exige uma presença baixa do fungo no café importado, mas permite que produtos como cerveja fiquem isentos das regras. Para os países exportadores, essa diferença de tratamento poderia ser interpretada como sendo medida discriminatória de comércio. (O Estado de S. Paulo – Economia – 27/10/04)